

PROJETO RESOLUÇÃO Nº 11 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

"Autoriza o poder Legislativo Municipal a celebrar convênio com Instituição Operadora de Plano de Saúde e dá outras providências."

Origem: Poder Legislativo
Gabinete do Vereador Presidente João Carlos Vieira

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal, aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art.1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a firmar convênio com Instituição Operadora de Plano de Saúde, visando disponibilizar aos Vereadores, Servidores e seus dependentes, planos de assistência à Saúde.

Art. 2º Os convênios a serem firmados não implicarão em despesas para o erário público municipal, restando exclusivamente ao Poder Legislativo Municipal propiciar o canal para consagração de desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Único – Somente será permitido o desconto em folha de pagamento mediante contrato firmado pelos Vereadores e Servidores, devendo neste instrumento constar expressamente à autorização para consagração em folha de pagamento dos valores referentes às mensalidades estipuladas no contrato.

Art.3º Será de responsabilidade dos planos contratados as despesas para execução dos aludidos convênios e contratos.

Art. 4º Os contratos a serem firmados com os Vereadores e Servidores deverão abranger, no mínimo, plano de saúde com área de atuação na região metropolitana.

Art. 5º Os convênios entram em vigor a partir de suas assinaturas, tendo vigência de um ano, podendo serem prorrogados, automaticamente, por iguais e sucessíveis períodos, se não houver renúncia expressa pelos conveniados

Art. 6º O poder Legislativo Municipal informará ao plano contratado quando houver rescisão de vínculo com Vereadores e Servidores que possuir contrato em vigor.

Parágrafo Único – O Poder Legislativo Municipal não se responsabilizará, quando rescindido o vínculo dos Vereadores e Servidores, por eventuais parcelas vencidas e/ou vincendas.

Art. 7º O valor da parcela exigida em contrato será descontado dos vencimentos e subsídios dos Vereadores e Servidores e repassado ao plano contratado até o dia 10 do Mês Subsequente.

Art. 8º O poder Legislativo Municipal não se responsabilizará em custear o plano de saúde, inclusive por atrasos no pagamento das mensalidades.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Eldorado do Sul, 29 de setembro de 2014.

ver. João Carlos Vieira
Presidente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos Encaminhando este Projeto de Resolução que “Autoriza o Poder Legislativo Municipal a celebrar convênio com Instituição Operadora de Plano de Saúde”.

Tem-se a iniciativa, por este projeto de resolução, de autorizar o poder legislativo a disponibilizar aos seus Vereadores e Servidores, como aos seus dependentes, a possibilidade de firmar convênio com instituição fornecedora de plano de saúde.

Cabe ressaltar que o Poder Legislativo não se responsabilizará perante os custos, inclusive no caso de atrasos de mensalidades do referido convênio, pois não tem orçamento para arcar com o custeio de plano de saúde aos servidores, ficando tais custos a cargo exclusivo do vereador e/ou servidor contratante.

Eldorado do Sul, 29 de setembro de 2014.

ver. João Carlos Vieira
Presidente